

A IMPORTÂNCIA DO CONTRIBUTO DE POLANYI: UMA INTERPRETAÇÃO DA NEOLIBERALIZAÇÃO E DA COMODIFICAÇÃO DA NATUREZA

Giulia Iannuzzi

giuliaiannu@yahoo.it / g.iannuzzi@campus.fct.unl.pt

Doutoranda em Estudos sobre a Globalização (FCSH-UNL, Portugal) e investigadora do CENSE-*Centro de Investigação em Ambiente e Sustentabilidade* (FCT-UNL). É mestre em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Florença onde se licenciou em Estudos Internacionais. Tem uma pós-graduação em Cidades Sustentáveis (FCT-UNL). Como investigadora tem colaborado em projetos europeus na área das políticas de ambiente e *green economy* e tem vindo a desenvolver investigação sobre instrumentos políticos nacionais e internacionais e modelos de *co-governance* para a conservação da natureza.

Resumo

A análise e as contribuições de Polanyi voltaram à discussão devido ao rápido aparecimento de instrumentos baseados no mercado destinados a combater a degradação ambiental. Polanyi é uma referência crucial nos debates atuais sobre globalização e economia política internacional. Este artigo procura explorar e discutir como a sua perspetiva e os conceitos sobre os quais o seu trabalho assenta nos podem ajudar a interpretar o processo atual de neoliberalização e comodificação da natureza.

Palavras-chave

Polanyi, ambiente, comodificação da natureza

Como citar este artigo

Iannuzzi, Giulia (2018). "A importância do contributo de Polanyi: uma interpretação da neoliberalização e da comodificação da natureza". *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 9, Nº. 1, Maio-Outubro 2018. Consultado [online] data da última consulta, DOI: <https://doi.org/10.26619/1647-7251.9.1.3>

Artigo recebido em 10 de Abril de 2017 e aceite para publicação em 18 de September de 2017





A IMPORTÂNCIA DO CONTRIBUTO DE POLANYI: UMA INTERPRETAÇÃO DA NEOLIBERALIZAÇÃO E DA COMODIFICAÇÃO DA NATUREZA¹

Giulia Iannuzzi

1. Introdução

O livro de Polanyi, *The Great Transformation: the political and economic origins of our time* (*A Grande Transformação - as origens políticas e sociais da nossa época*), publicado em 1944, é uma crítica ao capitalismo de mercado livre estabelecido no século XIX. Constitui uma análise histórica das instituições humanas que remonta à Revolução Industrial inglesa, quando o liberalismo económico emergiu como princípio organizador da sociedade na criação da economia de mercado. A análise de Polanyi visa explicar a crise produzida pela influência das ideologias de mercado liberais e pela crença no "*laissez-faire*", que também se tornou o princípio organizador da economia mundial; uma crise que não é puramente económica, no sentido estrito, pois implica a destruição das comunidades e meios de subsistência, conduzindo à emergência de meios de proteção social. Uma crise que desencadeou transformações institucionais na década de 1930. A obra *The Great Transformation* é cada vez mais reconhecida como uma referência crucial nos debates atuais sobre globalização e economia política internacional.

O conceito de *embeddedness* ("enraizamento"), melhor definido no seu livro mais famoso, é importante para entender o pensamento de Polanyi e o seu contributo para as ciências sociais. Neste artigo, é um ponto de partida fundamental para compreender outros conceitos relevantes - como a mercadoria fictícia, o duplo movimento ou a falácia económica - e é analiticamente útil para estudar o processo atual de neoliberalização e comodificação da natureza.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: primeiro, apresenta um breve resumo da visão de Polanyi, tentando esclarecer os principais conceitos teóricos elaborados em *The Great Transformation* (e desenvolvidos noutras obras). Depois concentra-se na relevância contemporânea das ideias de Polanyi. Uma vez que a análise e contributos de Polanyi voltaram a ser discutidos devido ao rápido aparecimento de instrumentos baseados no mercado para combater a degradação ambiental, centrar-se-á na forma como a perspectiva de Polanyi - e os conceitos nos quais o seu trabalho assenta - nos podem ajudar a interpretar o processo atual da neoliberalização e comodificação da natureza.

¹ A tradução deste artigo foi financiada por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia - no âmbito do projeto do OBSERVARE com a referência UID/CPO/04155/2013, e tem como objetivo a publicação na Janus.net. Texto traduzido por Carolina Peralta.



2. Sobre a perspectiva de Polanyi: a visão utópica dos mercados autorreguladores

2.1. O conceito de *embeddedness* (enraizamento)

Polanyi é muitas vezes considerado o pai do conceito de *embeddedness*, embora o tenha ido buscar aos estudos etnográficos de Thurnewald sobre sociedades primitivas e culturas arcaicas (Machado, 2010).

Na obra *The Great Transformation*, Polanyi só usa o termo duas vezes². No entanto, o conceito é um *leitmotiv* ao longo do seu livro de excelência, particularmente em capítulos específicos, e desempenha um papel relevante em toda a sua obra. No capítulo sobre a "Evolução do Padrão do Mercado", o autor apresenta os contrastes entre a economia de mercado e as economias pré-modernas, onde a integração da vida económica ocorre através de padrões de reciprocidade e redistribuição. Aqui, referindo-se à economia de mercado, escreve: "*Em vez de a economia estar enraizada nas relações sociais, as relações sociais estão enraizadas no sistema económico*" (Polanyi, 2001- [1944]: 57).

Algumas páginas depois, a diferença é explicada mais detalhadamente, com foco nos atos de troca e redistribuição:

Nos grandes sistemas de redistribuição antigos, os atos de troca e os mercados locais eram um aspeto comum, mas não mais do que um aspeto subordinado. O mesmo se aplica quando a reciprocidade governa: os atos de troca estão aqui geralmente enraizados em relações de longo alcance que implicam confiança, uma situação que tende a obliterar o caráter bilateral da transação (Polanyi, 2001- [1944]: 61).

Além disso, noutras passagens, Polanyi prefere usar as palavras "absorvida" e "submersa" para descrever a relação entre economia e sociedade (Barber, 1995: 401).

Portanto, o conceito de (des)enraizamento é usado nos parágrafos acima referidos para ilustrar a natureza excecional da economia de mercado capitalista liberal na história da humanidade. Enquanto nas sociedades tribais, a economia se enquadrava noutros padrões institucionais sociais, sendo a reciprocidade e redistribuição as formas principais de integração, o mercado autorregulado funciona como uma esfera separada do resto da sociedade.

No entanto, a separação institucional não se deve à existência de comércio, mercados³, e dinheiro, que também estavam presentes nas sociedades não-capitalistas (por exemplo, nas civilizações antigas e na Europa feudal⁴), mas sim ao mecanismo de mercado que se rege pela lei da oferta e da procura e ao princípio do ganho, que substitui

² A palavra "enraizamento" aparece seis vezes no texto. No entanto, Polanyi tinha uma "*armadura de palavras adicionais que sugerem significados semelhantes*" (Hodgson, 2016: 10).

³ Polanyi define mercados como arenas de trocas organizadas (veja-se Hodgson, 2016).

⁴ Para uma revisão do debate sobre o papel do mercado como sistema nas civilizações antigas veja-se Schiavone (1999)



a subsistência como motivo de ação dominante. Na transição para uma economia de mercado total, os esforços políticos com o objetivo de criar uma esfera económica cada vez mais separada das instituições não-económicas, culminam no enraizamento das relações sociais no mercado através da comodificação de três fatores de produção: mão-de-obra, dinheiro e terra. A criação de produtos fictícios torna a vida social humana dependente das flutuações da oferta e da procura e provoca a desumanização das condições sociais e as consequentes reações sociais à mesma.

Sem dúvida, os mercados de mão-de-obra, terra e dinheiro são essenciais para uma economia de mercado. Mas nenhuma sociedade poderia suportar os efeitos de tal sistema de ficções cruas, mesmo pelo menor período de tempo, a menos que sua substância humana e natural, bem como sua organização empresarial, fosse protegida contra os estragos desse moinho satânico (Polanyi, 2001-[1944]: 76-77).

Essas forças contraditórias, o processo de desenraizamento e as consequentes tentativas de reenraizamento constituem o núcleo da narrativa do livro *The Great Transformation*, bem como a principal tese de Polanyi: o duplo movimento. Com isso, ele quer dizer que as sociedades de mercado foram moldadas por: por um lado, pelo movimento em direção a mercados autorreguladores; por outro lado, por um contramovimento de proteção (não limitado a um movimento da classe trabalhadora) contra as ameaças colocadas pelo aumento da comercialização e da comodificação que aniquila os caracteres substanciais humanos e da natureza. Para explicar o equilíbrio mutante entre a abordagem do *laissez faire* e o contramovimento protetor, Polanyi foca-se especialmente na Lei Speenhamland de 1795, que se tornou um obstáculo ao desenvolvimento de um mercado de trabalho nacional. "A tendência desta lei era ao contrário; ou seja, para um poderoso reforço do sistema paternalista de organização do trabalho, tal como herdado dos Tudors e dos Stuarts" (ibid., 82), uma vez que o trabalhador viu o seu rendimento suplementado ao nível de subsistência pelo sistema de subsídio. Esta lei foi abolida em 1834, a fim de permitir o movimento do fator trabalho e a criação de um mercado de trabalho competitivo. A passagem sobre a Lei Speenhamland explica que a criação de um mercado autorregulador precisa de uma intervenção estatal como condição prévia para a criação da economia de mercado (assim como ocorreu com os terrenos vedados); segundo Polanyi, "o *laissez-faire* foi planeado". Polanyi sugere que muitas vezes é necessário um maior esforço do governo para garantir que os grupos que suportarão custos acrescidos da economia autorreguladora não se envolverão em ações políticas perturbadoras. A sua análise detalhada do período da Speenhamland e a subsequente reforma da lei dos pobres ilustram as tensões entre o mecanismo liberal e o princípio utilitário que o sustenta, por um lado, e os apelos à solidariedade e coesão social, por outro. No entanto, o capítulo sobre a Lei Speenhamland mostra que as forças de enraizamento e de desenraizamento, assim como os movimentos com o objetivo de expandir o sistema de mercado e os contramovimentos, não se seguem uns aos outros de forma precisa, nem devem ser estudados segundo uma visão dicotómica simplista que não consiga compreender a sua complexidade. Este ponto está refletido na crítica de Polanyi ao sistema de subsídios da Speenhamland, cujo "resultado foi apenas a pauperização das



massas, que quase perderam a sua forma humana no processo" (ibid., 86), uma armadilha para os trabalhadores que permitia que os empregadores pagassem tão pouco quanto desejassem.

A conceitualização do enraizamento descrito até agora, tal como se encontra na obra *The Great Transformation*, é uma noção gradual, uma vez que é uma variável histórica (Gemici, 2008). Como vimos anteriormente, na análise de Polanyi as sociedades são diferenciadas consoante o lugar que a economia ocupa na sociedade. Polanyi estudou igualmente as interligações entre mercados, vida económica e vida social nas comunidades do Pacífico Sul de um ponto de vista antropológico.

Outra variante do conceito de enraizamento na obra de Polanyi refere-se ao fato de todas as economias empíricas estarem enraizadas e emaranhadas em instituições (económicas e não-económicas). Este conceito é especialmente desenvolvido no seu artigo "*The Economy as an Instituted Process*" (A Economia como um Processo Instituído)⁵, onde critica a visão neoclássica da economia e a "falácia economista", identificando a economia com a sua forma de mercado.

Mais detalhadamente, a definição formalista da economia refere-se a uma situação de escolha entre meios escassos em relação aos fins preferenciais, onde a regra que preside às escolhas é a lógica das ações racionais. Esta abordagem só se pode aplicar no estudo dos mercados de preços nas economias capitalistas modernas, uma vez que a perspetiva *homo economicus* é concebida para essa forma especial de economia.

"A relação entre economia formal e economia humana é (...) contingente. Fora de um sistema de mercados de preços, a análise económica perde a maior parte da sua relevância como método de pesquisa" (Polanyi, 1957: 247).

A abordagem substantiva, pelo contrário, considera a economia como um processo instituído de interação entre o homem e seu ambiente natural e social. De acordo com Polanyi, apenas o significado substantivo da economia permite que os cientistas sociais investiguem economias passadas e presentes.

Assim, o estudo da economia nas suas formas de integração - reciprocidade, redistribuição e troca (mercado) - é uma análise institucional. Da mesma forma, uma análise precisa das ações económicas tem de ter em consideração o carácter social das ações humanas e das preferências humanas interpretadas no contexto institucional e cultural.

Gemici (2008) argumenta que neste caso, o conceito de enraizamento é usado não como uma variável histórica, mas como um princípio metodológico mais amplo e geral, na tentativa de formalizar uma teoria comparada transcultural da economia. A ambiguidade entre os dois aspetos do conceito (a dimensão histórica e a noção metodológica) tem sido debatida pelos estudiosos e decorre da falta de uma definição explícita e das interpretações contraditórias subsequentes. O conceito, de fato, foi desenvolvido por estudiosos contemporâneos, ou seja, tornou-se um ponto focal da nova sociologia

⁵ Na publicação *Trade and Market in the Early Empires* (1957) resultante de um Projeto de Investigação Interdisciplinar sobre os Aspetos Institucionais do Crescimento Económico.



económica após o artigo seminal de Mark Granovetter (1985) "Ação Económica e Estrutura Social - O Problema da *Embeddedness*". Por exemplo, aqui a noção é reformulada com foco no papel das redes de relações sociais entre atores⁶.

Os dois aspetos dos conceitos não são contraditórios. Pelo contrário, fortalecem-se e são um ponto de partida fundamental para entender as principais vertentes da tese de Polanyi e os seus contributos originais e duradouros.

2.2. Uma contradição aparente.

Enquanto variável histórica, o (des)enraizamento ilustra o projeto ideológico liberal de separar a economia da sociedade. Esta abordagem tem sido considerada potencialmente enganosa, uma vez que assume a vida social como estando em esferas separadas ou separáveis, esferas no sentido da perspetiva (neo)clássica. No entanto, o objetivo de Polanyi é precisamente salientar, através da sua análise histórica, que a ideia de mercado autorregulado desenvolvida por Adam Smith, Ricardo e seus sucessores, é uma "utopia total" inviável na prática porque implica ameaçar entidades fictícias que não são produzidas originalmente para serem vendidas⁷. Esta base fictícia é a causa da erradicação das instituições sociais e dos movimentos opostos de proteção⁸. O crescimento do liberalismo de mercado deu azo a formas de regulação e intervenção do Estado contra os perigos dos mercados livres: por um lado, o *New Deal* e a social-democracia, por outro lado, o fascismo⁹ e as economias planeadas comunistas.

Marx acreditava que o capitalismo seria incapaz de promover o crescimento contínuo das forças aplicadas no processo de produção (meios de produção e força do trabalho). O estágio da expansão das forças produtivas alcançadas no capitalismo não permitiria um maior desenvolvimento sem causar crises económicas cíclicas e impactos sociais, tornando inevitável a transformação socialista. Para Polanyi, a contradição principal era o fato de os mercados autorreguladores não serem capazes de produzir e manter a ordem económica e social por causa das suas deficiências e respostas inevitáveis, exigindo necessariamente a intervenção do governo (Block, 2008).

Enquanto princípio metodológico, o enraizamento pode ser responsável por sugerir que o mercado faz parte de uma economia mais ampla, e que a economia mais ampla está integrada numa sociedade mais ampla. Passando da análise económica neoclássica para uma análise institucional, Polanyi afirma a importância das relações sociais, normas, instituições religiosas e políticas. Esta perspetiva permite-lhe sublinhar as implicações

⁶ Granovetter (1985) tem como objetivo criticar uma abordagem de mercado puro à ação económica e criar um equilíbrio entre a visão "subsocializada" de atores atomizados isolados uns dos outros na economia neoclássica e a visão "sobressocializada" de atores cujo comportamento é inteiramente controlado pelas normas sociais, na sociologia estrutural-funcional. Segundo Beckert (2007), o conceito de *embeddedness* nas obras dos sociólogos económicos perdeu parte dos seus significados significantes originais. Em particular, a análise a nível macro, bem como as inclinações sócio reformistas de Polanyi foram negligenciadas.

⁷ Além disso, a economia de mercado assume que todos os seres humanos se comportam de forma a maximizar a sua utilidade pessoal.

⁸ Polanyi afirma que os economistas clássicos queriam criar uma sociedade na qual a economia fosse efetivamente desenraizada, encorajando os governos a prosseguir esse objetivo. Mas também argumenta que eles não conseguiram e não poderiam conseguir esse objetivo.

⁹ "Para compreendermos o fascismo alemão, devemos voltar à Inglaterra de Ricardo" (Polanyi, 2001 [1944]32) numa passagem frequentemente citada.



sociais de um sistema económico particular que não pode ser desenraizado da sociedade, como sugerem os modelos económicos.

Assim, o conceito de enraizamento, nas suas variantes, é o fundamento sobre o qual ele constrói o seu argumento central: o liberalismo de mercado não poderia funcionar como pretendido. A sua natureza essencial é um mito, uma ficção¹⁰. A alternativa proposta por Polanyi não é um retorno às comunidades pré-modernas. No entanto, ele insiste na necessidade de o sistema económico estar ao serviço das instituições humanas naturais e não o oposto. A este respeito, é importante lembrar a interpretação de Andre Tiran (1998) segundo a qual Polanyi procura reconciliar o holismo social de Rousseau – demonstrado no conceito de comunidade – com o conceito de individualismo desenvolvido e encorajado pela Reforma.

2.3. Mercadorias fictícias

A inviabilidade de uma economia de mercado totalmente autorregulável, regulamentada e orientada pelos preços do mercado através da lei da oferta e da procura, está intrinsecamente ligada à crítica de Polany relativamente às mercadorias fictícias. A autorregulação implica que deve haver "*mercados para todos os elementos das indústrias, não apenas para bens (incluindo sempre os serviços), mas também para mão-de-obra, terra e dinheiro*" (Polanyi, 2001 [1944]: 72). Isso significa que a economia de mercado precisa da comodificação de todos os elementos da indústria. De acordo com a definição de Polanyi, as mercadorias (*commodities*) são "*empiricamente definidas como sendo objetos produzidos para venda no mercado*" (ibid., 75). Por isso, salienta que a extensão da lógica do mercado aos elementos essenciais da mão-de-obra, da terra e do dinheiro é altamente problemática. Enquanto a mão-de-obra, a terra e o dinheiro são essenciais para a economia de mercado, o fato é que não são mercadorias, no sentido que não são objetos produzidos para venda no mercado.

A mão-de-obra é apenas outro nome para uma atividade humana que acompanha a própria vida, que, por sua vez, não é produzida para venda, mas para razões inteiramente diferentes, nem essa atividade pode ser separada do resto da vida, armazenada ou mobilizada; A terra é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem; O dinheiro em si, por fim, é meramente um símbolo de poder de compra que, em geral, não é produzido de todo, mas que vem sendo criado através do mecanismo de financiamento bancário ou estatal. Nenhum deles é produzido para venda. A descrição mercantil da mão-de-obra, da terra e do dinheiro é inteiramente fictícia. (ibid.; 76,77)

O que se trata é que incluir essas mercadorias fictícias no mecanismo do mercado significa "*subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado*" (ibid., 75).

¹⁰De acordo com Kari Polanyi-Levitt "*as aparentes contradições de The Great Transformation não são contradições, mas expressões das contradições que existem no próprio sistema de mercado autorregulador*". (Maucourant e Plociniczak 2013; 519).



Para Polanyi, isso inevitavelmente resultaria na demolição da sociedade ou, de outra forma, na violação da substância da componente social dos seres humanos. Em particular, Polanyi argumenta que subordinar a natureza (terra) e o homem às exigências dos mecanismos de mercado faz parte do projeto utópico de uma economia de mercado que não está preocupada com a forma como a natureza, e principalmente a terra "*está inextricavelmente entrelaçada nas instituições humanas*" (ibid.; 187). Na sociedade de mercado, os seres sociais tornam-se recursos e a natureza (terra) é incluída no processo de produção. Portanto, a separação institucional do económico é o resultado de mercadorias fictícias: comodificação da terra e da mão-de-obra.

A comodificação como processo refere-se à atribuição de valor económico a algo que não foi previamente considerado em termos económicos, seguido da expansão do comércio de mercado para o setor que não tinha sido comercializado anteriormente. Portanto, a definição de mercadoria de Polanyi – e, conseqüentemente, de comodificação – centra-se no aspeto "comercial", isto é, a inclusão do produto nos mecanismos de oferta e procura. Enquanto as mercadorias são produzidas para venda no mercado, as mercadorias fictícias não o são; isto é, apenas uma ficção as torna alienáveis e intercambiáveis no mercado.

As "mercadorias fictícias" criadas no capitalismo, particularmente as suas conseqüências sociais, são uma reminiscência da teoria de Marx do fetichismo da mercadoria. Centrando a sua análise na relação entre capital e trabalho, Marx defende que as mercadorias, quando produzidas para o mercado, tornam invisível a informação sobre as relações sociais detrás da sua produção; O trabalho humano, enraizado no produto, aparece como um objetivo do bem. Na produção de mercadorias, as relações entre seres humanos assumem a forma de relações entre "coisas", uma vez que são mediadas por objetos.

No entanto, vale a pena notar que a noção de fetichismo em Marx refere-se ao valor cambial das mercadorias não-fictícias. Nas palavras de Polanyi, "*a afirmação de Marx sobre o caráter fetichista do valor das mercadorias refere-se ao valor cambial das mercadorias genuínas e não tem nada a ver com as mercadorias fictícias*" (Polanyi, 1944: 72). Não obstante, também deve sublinhar-se que Polanyi e Marx partilham a sua aversão ao capitalismo, que "*não se deve principalmente ao fato de os trabalhadores terem sido explorados, mas sim porque eram desumanizados, degradados, desculturados, reduzidos a subordinados nos moinhos negros e satânicos de William Blake*" (Polanyi-Lewitt and Mendell, 1987: 28).

Ainda sobre o conceito de mercadoria e a interpretação de Polanyi sobre a visão de Marx, Appadurai salienta:

"Na análise moderna da economia (fora da antropologia), o significado do termo mercadoria reduziu-se para refletir apenas uma parte da herança de Marx e dos primeiros economistas políticos. Ou seja, na maioria das utilizações contemporâneas, as mercadorias são tipos especiais de produtos manufaturados (ou serviços) associados apenas ao modo de produção capitalista" (Appadurai, 1986: 7)



Historicamente, a comodificação (na perspetiva de Polanyi) não é um processo sem retorno, já que houve processos de descomodificação. O exemplo mais emblemático é a abolição da escravidão. No entanto, Polanyi argumenta que a tendência dominante tem sido a comodificação. Como será discutido mais detalhadamente de seguida, particularmente em relação às políticas ambientais, essa tendência tem-se intensificado desde a década de 1980 no contexto político-económico internacional dominante, vulgarmente conhecido por neoliberalismo.

3. Os contributos duradouros de Polanyi

Há mais de 70 anos, Polanyi escreveu: *"Permitir que o mecanismo do mercado seja o único diretor do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural...resultaria na demolição da sociedade"* (Polanyi [1944] 2001: 73). No entanto, Polanyi estava otimista na sua convicção de que tal destruição não poderia acontecer após a Segunda Guerra Mundial, pois *"Dentro das nações estamos a assistir a um desenvolvimento segundo o qual o sistema económico deixa de estabelecer a lei para a sociedade e o primado da sociedade sobre esse sistema está protegido"*. (Polanyi [1944] 2001: 511).

É importante sublinhar que, como argumentou Stiglitz no seu prefácio à edição de 2001 do livro *The Great Transformation*, atualmente é largamente reconhecido que os mercados livres deixados a si próprios não conduzem a resultados eficientes e equitativos. A necessidade de intervenção do governo é reconhecida devido às limitações dos mercados (por exemplo, mercados imperfeitos, fatores externos, informação imperfeita, etc.). Também é mais evidente que a reciprocidade é uma norma fundamental de ação nas sociedades modernas (Block, 2008). Além disso, o paradoxo liberal de Amartya Sen (1970) mostrou a contradição inerente na afirmação liberal clássica que os mercados são eficientes, neste caso em termos de ótimo de Pareto e que respeita as liberdades individuais. No entanto, enquanto a ciência económica está ciente das limitações do mercado livre, as políticas públicas não parecem ter reconhecido as preocupações de Polanyi, como demonstrado pela doutrina de Reagan e Thatcher, o consenso de Washington e, mais amplamente, pelo processo de globalização que se tem desenvolvido contra o pano de fundo do discurso neoliberal.

Portanto, apesar do otimismo equivocado de Polanyi, os seus argumentos ainda são relevantes. O "duplo movimento" é uma ferramenta valiosa para a compreensão da atual mudança sociopolítica.

Segundo Block (2008: 5)

"O duplo movimento é sobre a política normal das sociedades de mercado com governança democrática, onde os adeptos do laissez-faire e do contramovimento protetor podem fazer valer os seus argumentos na arena política".

Por outras palavras, trata-se da tensão entre os princípios do liberalismo económico e os seus opositores.



A relevância contemporânea dos conhecimentos de Polanyi está a ser revista e explorada relativamente à interpretação do capitalismo financiado e às questões de justiça social¹¹. Além disso, os perigos colocados pela comodificação da natureza regressaram ao debate. A comodificação da terra e os efeitos da comercialização da natureza tornaram-se algumas das questões principais discutidas em trabalhos recentes de ecologia política. Castree (2010), por exemplo, apoiando-se no pensamento de Marx e de Polanyi, identifica sete características do processo atual de neoliberalização da natureza: privatização, comercialização, reversão do estado, re-regulação favorável ao mercado, uso de *proxies* de mercado, promoção de 'mecanismos de acompanhamento' na sociedade civil e criação de comunidades "autossuficientes". O autor salienta o papel fundamental do Estado na aplicação dos direitos de propriedade para que os mercados funcionem, reforçando a afirmação de Polanyi de que o sistema de mercado não poderia existir sem a ação do governo.

4. Interpretação da neoliberalização e da comodificação da natureza

A exploração insustentável dos recursos naturais, a destruição do habitat e a perda de biodiversidade, muitas vezes causadas pelo princípio do ganho imediato e do lucro, têm sido abordadas sobretudo com dois tipos diferentes de instrumentos políticos, tanto a nível nacional como internacional: instrumentos de comando e controlo e ferramentas económicas. As abordagens regulatórias que utilizam a legislação de comando e controlo (regulando, por exemplo, a poluição industrial) podem ser vistas como um contramovimento que recorre a valores não económicos para interferir com os mecanismos de mercado contra seus efeitos negativos sobre o meio ambiente. No portfólio de políticas ambientais e de conservação da natureza, notamos o aparecimento rápido de instrumentos baseados no mercado (o segundo tipo de instrumentos acima referidos). Estes últimos incluem certificações florestais, o pagamento de serviços ecossistémicos e os mercados de carbono.

Provavelmente, a tendência mais importante na ciência da conservação atualmente é os "serviços ecossistémicos", geralmente vistos como benefícios económicos prestados pelos ecossistemas naturais. Eles constituem a base da maioria dos mecanismos orientados para o mercado utilizados na conservação. O pressuposto subjacente é que se os cientistas puderem identificar serviços ecossistémicos, quantificar o seu valor económico e, em última instância, manter a conservação em sincronia com as ideologias de mercado, então os decisores reconhecerão a loucura da destruição ambiental no trabalho para salvaguardar a natureza (McCauley, 2006; 26)

As ferramentas baseadas no mercado para a conservação e o uso sustentável dos recursos são mais flexíveis do que as abordagens regulatórias diretas e são consideradas

¹¹ Para mais informação, vejam-se os contributos académicos para a 13ª conferência internacional Karl Polanyi "O legado duradouro de Karl Polanyi", realizada na Universidade Concordia, (Canadá), de 6 a 8 de novembro de 2014.



mais eficientes e eficazes, pois baseiam-se em forças de mercado autorreguladoras que determinam, através de sinais de preços, a alocação eficiente. Relativamente a este ponto, é importante chamar a atenção para o fato de que os principais fundamentos teóricos dessa abordagem emanam da economia ambiental neoclássica, que considera a inexistência de um preço de mercado para os serviços prestados pelos ecossistemas naturais e as falhas do mercado em geral, a causa da degradação ambiental. Deste ponto de vista, a solução proposta para evitar a degradação dos ecossistemas é, portanto, a avaliação monetária dos serviços prestados (por exemplo, regulação de água e das inundações de uma floresta)¹². No entanto, aludindo à noção de mercadorias fictícias de Polanyi (1957: 72) - algo que foi produzido de forma fictícia (ou colocado) para venda num mercado - devemos fazer uma distinção. Ocorre uma comodificação *proxy* quando a uma entidade natural (por exemplo, ar limpo) é atribuído um preço que sirva de sinal aos decisores políticos, um valor que pode ser levado em consideração numa análise custo-benefício. Além disso, há o caso da criação real de um mercado quando o preço da coisa natural é fixado de forma a ser comprada e vendida, produzindo assim uma comodificação completa (fictícia) (por exemplo, licenças de poluição criadas pelo Protocolo de Quioto no concurso do regime internacional de comércio de licenças de emissão - ETS). Da mesma forma, Gomez-Baggethun e Perez (2011) esclarecem detalhadamente as diferenças entre os conceitos de avaliação, privatização e comodificação (analisando sobretudo a avaliação económica e a comodificação dos serviços ecossistémicos). Em termos teóricos, são conceitos distintos e bem diferenciados. No entanto, podem tornar-se enredados no processo de comodificação, já que a linha de demarcação que separa as diferentes fases pode esbater-se. Em primeiro lugar, o enquadramento económico do meio ambiente refere-se sobretudo à conceitualização das funções do ecossistema como serviços definidos como atos com a capacidade de satisfazer as necessidades humanas. A conceitualização dos serviços de ecossistemas tinha, de fato, o objetivo de criar um quadro para definir e analisar a relação entre sistemas naturais e sistemas humanos e aumentar a conscientização sobre o contributo da natureza biótica para o bem-estar humano. Por exemplo, a purificação de água por meio de ecossistemas (por exemplo, florestas ou zonas húmidas), categorizada como sistema regulador, fornece água limpa sem ter que usar estações de tratamento de água. Em segundo lugar, a avaliação monetária é o primeiro passo do processo de comodificação; é necessário atribuir um valor económico para a venda ou a troca do potencial produto, mas por si próprio não é suficiente. Na verdade, de acordo com a definição de mercadoria proposta pela Polanyi, sendo um produto produzido para venda no mercado, a comodificação requer a criação de um mercado para a sua venda ou troca. A criação de uma estrutura institucional é necessária, começando pela definição de direitos de propriedade (por exemplo, através da privatização), o que torna os bens e os serviços alienáveis. Quando o processo de comodificação é concluído, a avaliação monetária pode ser realizada mediante fluxos de caixa.

As opiniões antagónicas no debate sobre a crescente dependência na avaliação económica dos serviços ecossistémicos e, de forma mais alargada, sobre a expansão da avaliação do mercado para esferas que não foram afetadas pelo comércio, vão desde o apoio à avaliação como uma ferramenta pragmática até à rejeição de justificações

¹² Por exemplo, o principal objetivo da iniciativa global denominada "Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade" (TEEB) é chamar a atenção dos decisores políticos para os benefícios económicos da biodiversidade e para o custo crescente da perda de biodiversidade para que também possam ser "capturados" pelos mecanismos de mercado.



utilitárias para efeitos de preservação¹³. De acordo com o primeiro ponto de vista, a avaliação monetária é considerada crucial para comunicar o valor da biodiversidade e permitir uma análise custo-benefício. Isso permite a gestão e alocação efetiva e eficiente de recursos naturais e serviços ecossistémicos para um desenvolvimento sustentável. Por sua vez, as preocupações com a avaliação monetária estão especialmente ligadas à sua potencialidade de atuar como motor da comodificação. A atribuição de um preço à natureza pode tornar-se um primeiro passo para a introdução da lógica do lucro em esferas específicas da relação homem-natureza que apenas são comercializáveis de forma fictícia. Em críticas recentes à comodificação, os estudiosos também recorreram à análise de Marx sobre a comodificação e ao seu conceito de fetichismo da mercadoria, que vê as relações sociais envolvidas na produção não como relações entre as pessoas, mas como relações económicas e sociais entre o dinheiro (o mediador universal) e as mercadorias comercializadas no mercado. Como a comodificação torna o trabalho humano invisível, também obscurece a relevância da complexidade ecológica e das interações biológicas¹⁴ que contribuem para a função dos ecossistemas. A tentativa de traduzir essas complexas relações ecológicas em unidades comercializáveis encontra obstáculos ao nível operacional, uma vez que é difícil desembaraçar componentes e funções sobrepostos, e depois atribuir um preço para vender os serviços no mercado. É importante notar que a dupla contagem é uma questão frequente e bem reconhecida na cálculo do valor dos serviços ecossistémicos. Além disso, muitas espécies e peculiaridades dos processos ecossistémicos ainda são desconhecidas. Como Gomez-Baggethun e Perez (2011) salientam, outra questão importante relacionada com o processo de comodificação da natureza está ligada às razões éticas que se opõem à atribuição de um valor monetário a vários aspetos do meio ambiente devido à incomensurabilidade do seu valor intrínseco, cultural e social, que depende de configurações institucionais e culturais. Finalmente, a comodificação através da aniquilação das múltiplas línguas de valorização da natureza pode ter implicações preocupantes na forma como nos relacionamos e percebemos a natureza. A tradução do valor da natureza para a linguagem da economia torna possível aplicar o princípio do poluidor-pagador e, da mesma forma, permite que os decisores políticos façam as suas escolhas com base numa análise custo-benefício.

Destacam-se duas críticas principais que foram bem expostas por McCauley. Em primeiro lugar, tornar a avaliação monetária o fundamento das estratégias de conservação da natureza e de um caminho para a sustentabilidade *"implica - intencionalmente ou de outra forma - que a natureza só vale a pena conservar quando é, ou pode tornar-se, rentável"* (McCauley, 2006; 27). Em segundo lugar, *"a conservação da natureza deve ser enquadrada como uma questão moral e apresentada como tal aos decisores políticos, que estão acostumados a tomar decisões tanto com base na moral como nas finanças"* (ibidem, 28).

A financeirização de novas áreas associadas à conservação ambiental e sustentabilidade faz do "crescimento verde" a nova fronteira da expansão do mercado¹⁵. Além disso, de

¹³ Para informação detalhada sobre este debate, veja-se Gomez-Baggethun e Perez (2011). A análise destes autores centra-se na configuração institucional e socioeconómica em que a política ambiental e a governança atualmente se inserem.

¹⁴ Entrelaçado na dimensão espacial e temporal.

¹⁵ Também é importante notar que o paradigma dominante do capitalismo orientado para o crescimento que molda os argumentos dos que propõem o modelo "economia verde" ou "crescimento verde" está a ser posto em causa pelos que apoiam um paradigma de "decrescimento". Nicholas Georgescu-Roegen cunhou o termo



acordo com Sullivan (2013), as organizações de conservação e as ONGs ambientais internacionais estão envolvidas com setores de negócios e finanças, numa intensificação da financeirização de discursos relacionados com a conservação da natureza. Notavelmente, o paradoxo é que também os movimentos ambientais que emergem como reações aos princípios do neoliberalismo de mercado para conter os efeitos da comodificação, podem conduzir, de forma não intencional, à ampliação da comercialização. *"Na medida em que a solução para as mudanças climáticas é a criação de um mercado de carbono (...), o resultado é a extensão do mercado sem diminuição óbvia do aquecimento global."* (Burawoy, 2015: 24).

Para concluir, Jessop (2007) argumenta que no capitalismo contemporâneo devemos adicionar às três mercadorias fictícias analisadas por Polanyi - terra (ou natureza), mão-de-obra e dinheiro - um quarto fator de produção que tem sido comodificado: o conhecimento. A análise desta mercadoria fictícia também é de importância fundamental para aprofundar a nossa compreensão do processo da comodificação da natureza em curso. Não podemos esquecer que as culturas produzidas geneticamente são produto de novos modos de transformação da natureza numa economia assente no conhecimento.

5. Observações finais

Conforme ilustrado acima, os conceitos de (des)enraizamento, mercadorias fictícias e duplo movimento, juntamente com outros conhecimentos teóricos do trabalho de Polanyi, fornecem um quadro conceitual útil para analisar e interpretar a neoliberalização e comodificação da natureza, bem como os seus efeitos sociais. Essas questões regressaram ao debate, particularmente devido ao rápido aparecimento de instrumentos baseados no mercado destinados a combater a poluição, a perda de biodiversidade e o uso insustentável dos recursos naturais. Como Sandberg e Wekerle (2010; 42) salientam *"nesta narrativa de conservação neoliberal, a natureza é cada vez mais construída como uma mercadoria ou propriedade imobiliária que é fechada ou vedada de forma a ser devidamente conservada."* São necessários estudos de casos específicos e uma abordagem histórica a fim de determinar a manifestação local e as contingências dos processos de neoliberalização, comodificação e comercialização da natureza.

Não obstante, Fraser adverte que a estrutura de Polanyi deve ser revista para permitir uma *"análise estrutural integrada (...) que critique e seja sensível à dominação."* (2012: 5). Na verdade, a autora recorda que *"as construções sociais da mão-de-obra, da terra e do dinheiro tipicamente codificaram formas de dominação, muitas das quais muito anteriores à comodificação das mesmas, como o atestam o feudalismo, a escravidão e o patriarcado"* (Fraser 2012: 7). Assim, a comercialização e a aplicação de direitos de propriedade também devem ser investigadas como potenciais oportunidades de emancipação. Por outro lado, prestando especial atenção à privatização e à comercialização a favor da conservação da natureza, vários estudiosos lamentam as suas consequências sociais e ambientais: o benefício e o risco são compartilhados de forma desigual, novos tipos de capital social e económico são gerados e "capturados" pelas

"decroissance" em 1979 e a última década testemunhou a consolidação do "decrecimento" como movimento político, económico e social e corrente intelectual na literatura. O decrecimento pode, em geral, ser definido como um processo coletivo e planeado que visa a redução equitativa da capacidade geral de produção e consumo e do papel dos mercados como princípio organizador central das vidas humanas (Schneider *et al.*, 2010).



elites e, como resultado, os processos de gentrificação rural podem surgir ou ser reforçados (Sandberg and Wekerle, 2010). A questão que surge dessas opiniões contraditórias é se a aplicação de princípios sociais, preocupações distribuídas e alocação ética de recursos ao longo do desenvolvimento e implementação de abordagens de ecologia política e de configurações específicas de governança, poderiam reenraizar a natureza e a economia na sociedade, criando assim uma alternativa dentro da tendência política global do neoliberalismo.

Paralelamente, uma perspectiva mais profunda deveria concentrar-se nos impactos da comodificação fictícia, nas relações sociais e na complexa relação entre homem e natureza. Deve prestar-se especial atenção ao fato de que o discurso dominante de avaliação e a lógica de mercado impostas a diferentes aspetos da vida social tendem a subordinar os valores morais e éticos aos valores do mercado e do câmbio monetário. Vale a pena salientar que as preocupações antropocêntricas e os valores materialistas foram associados negativamente a atitudes e comportamentos pró-ambientais por um crescente número de evidências e estudos empíricos (Hurts *et al.*, 2013). Assim, a avaliação monetária e o processo contínuo de comodificação da natureza destinado a resolver questões ambientais urgentes através de estratégias de conservação inovadoras baseadas no mercado (por exemplo, banco de recursos húmidos) podem ser potencialmente contraproducentes. *"Em contraste acentuado com a narrativa neoliberal, no entanto, esse processo de ajustar a natureza à lógica do mercado neoliberal tende a acelerar em vez de diminuir a degradação dos recursos naturais."* (Vogelpohl, 2014; 237). Esta implicação recorda-nos a reflexão de Polanyi sobre a necessidade do sistema económico estar ao serviço das instituições humanas (e não o contrário). Também nos remete para o argumento central de *The Great Transformation*, construído sobre o conceito de (des)enraizamento, ou seja, o liberalismo de mercado funciona como se espera por causa da sua base fictícia. A ficção e a contradição inerentes à lógica da "neoliberalização da natureza" consiste em resolver falhas e ineficiências do mercado com a expansão de mecanismos de mercado e regulamentos favoráveis ao mercado.

Referências bibliográficas

- Appadurai A. (1986). *The Social Life of Things: Commodities in a Cultural Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 3-63.
- Barber, B. (1995). "All Economies are «Embedded»: the Career of a Concept, and Beyond", *Social Research* 62, p. 387-413.
- Beckert J. (2007). "The Great Transformation of Embeddedness: Karl Polanyi and the New Economic Sociology", *MPIfG Discussion Paper*, No. 07/1.
- Block, F. (2008). "Polanyi's Double Movement and the Reconstruction of Critical Theory", *Revue Interventions économiques*. URL: <http://interventionseconomiques.revues.org/274>
- Burawoy, M. (2015). "Facing an unequal world". *Current Sociology* 63(1), p. 5-34.
- Castree N. (2010). "Neoliberalism and the biophysical environment 1: What 'neoliberalism' is and what difference nature makes to it". *Geography Compass* 4(12), p. 1725-1733.



- Fraser, N. (2012). "Can society be commodities all the way down? Polanyian reflections on capitalist crisis". *FMSH-WP-2012-18*.
- Gemici, K. (2008). "Karl Polanyi and the antinomies of embeddedness", *Socio-Economic Review* 6, p. 5–33.
- Granovetter, M. (1985). "Economic action and social structure: the problem of embeddedness", *American Journal of Sociology* 91, p. 481–510.
- Gomez-Baggethun E.; Perez M.R. (2011). "Economic valuation and the commodification of ecosystem services", *Progress in Physical Geography* 35, p. 1-16.
- Hodgson, G.H (2016). "Karl Polanyi on economy and society: a critical analysis of the core concept", *Review of social economy* 75(1): 1-25.
- Hurst, M.; Dittmar, H.; Bond, R.; Kasser, T. (2013). "The relationship between materialistic values and environmental attitudes and behaviors: A meta-analysis". *Journal of Environmental Psychology*, 36, p. 257-269.
- Jessop, B. (2007). "Knowledge as a fictitious commodity: insights and limits of a Polanyian analysis", in A. Buğra and K. Ağartan (eds.), *Reading Karl Polanyi for the 21st century. Market Economy as a Political Project*, Basingstoke: Palgrave, p. 115-134.
- Kallis G., Gómez-Baggethun E., Zografos C. (2013). "To value or not to value? That is not the question". *Ecological Economics* 94, p. 97-105.
- Machado N.C. (2010). "Karl Polanyi e a Nova Sociologia Económica: Notas sobre o conceito de (dis)embeddedness". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 90, p.71-94.
- Maucourant, F., Plociniczak S. (2013). "The Institution, the Economy and the Market: Karl Polanyi's Institutional Thought for Economists", *Review of Political Economy* 25:3, p. 512-531.
- Mattei U. (2014). "Senza proprietà non c'è libertà (Falso)". Ed Idola Laterza, Bari, Italia.
- McCauley D. J. (2006). "Selling out on nature". *Nature* 443, p. 27–28.
- Polanyi, K. (1957). "The Economy as Instituted Process", in Karl Polanyi, Conrad M. Arensberg, and Harry W. Pearson (eds.), *Trade and Market in the Early Empires*. The Free Press, New York.
- Polanyi, K. (2001)-1944. *The Great Transformation - the political and economic origins of our time*. Beacon Press, Boston.
- Polanyi-Lewitt, K. and Mendell (1987). "M. «Karl Polanyi: His Life and Times»", *Studies in Political Economy*, vol. 22, p.28.
- Sandberg A. and Wekerle G. (2010). "Reaping Nature's Dividends: The Neoliberalization and Gentrification of Nature on the Oak Ridges Moraine", *Journal of Environmental Policy and Planning*, Vol. 12 (1), p. 41-57.
- Schiavone A. (1999). "La struttura nascosta. Una grammatica dell'economia romana", in Momigliano A., Schiavone A. *Storia Einaudi dei Greci e dei Romani*, Vol.XXII – I caratteri della storia di Roma, p. 7-69.
- Schneider F., Kallis G., Alier J.M (2010). "Crisis or opportunity? Economic degrowth for social equity and ecological sustainability", *Journal of Cleaner Production*, 18, p. 511-518.



- Sen, A. (1970). "The Impossibility of a Paretian Liberal". *Journal of Political Economy*, 78.
- Sen, A. (2004). "Why We Should Preserve the Spotted Owl", *London Review of Books* 26(3).
- Stiglitz, J. (2001). "Foreword, in Polanyi, K. (2001)-1944 *The Great Transformation - the political and economic origins of our time*". Beacon Press, Boston.
- Sullivan, S. (2013). "Banking Nature? The Spectacular Financialisation of Environmental Conservation". *Antipode* 45, p. 198–217.
- Tiran, A. (1998). "Individualisme et philosophie politique de Karl Polanyi", in J. M. Servet et A. Tiran. *La Modernité de Karl Polanyi*, L'Harmattan, Logiques sociales, p. 205-226.
- Van Hecken, G., Bastiaensen, J. (2010). "Payments for ecosystem services: justified or not? A political view", *Environmental Science and Policy* 12, p. 785-792.
- Vogelpohl T. (2014). "Immunization by neoliberalization: the strange non- death of the win-win narrative in European agrofuel policy" in Dietz K., Engels B., Pye O. *The Political Ecology of Agrofuels*, Routledge.